



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO**

RESOLUÇÃO Nº 06/2020

Aprova a criação do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia – PROFGEO, da Unidade Acadêmica de Geografia, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal de Campina Grande e dá outras providências.

A Câmara Superior de Pós-Graduação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais,

Considerando a Resolução nº 03/2016 desta Câmara, que trata do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, no âmbito da UFCG; e

À vista das deliberações do plenário, em reunião realizada no dia 18 de agosto de 2020, (Processo nº 23096.005101/2020-11)

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia – PROFGEO, da Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Humanidades, da Universidade Federal de Campina Grande.

Parágrafo único. O Regulamento do Programa e a Estrutura Curricular que se refere o *caput* deste artigo passa a se reger pelo exposto no texto constante na presente Resolução, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Superior de Pós-Graduação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, 25 de agosto de 2020.

BENEMAR ALENCAR DE SOUZA
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO
(ANEXO I DA RESOLUÇÃO nº 06/2020)

**REGULAMENTO DO PROGRAMA DO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
ENSINO DE GEOGRAFIA EM REDE NACIONAL – PROFGEO – DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE**

CAPÍTULO I
DO OBJETO E FINALIDADE

Art. 1º O presente documento regulamenta a criação e o funcionamento do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia – PROFGEO desta Instituição, em consonância com o Regulamento da Rede Nacional, adequando-se, em situações específicas, à legislação vigente na UFCG, notadamente a Resolução nº 03/2016 da Câmara Superior de Pós-Graduação, que aprova a nova redação do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Campina Grande, e dá outras providências.

Art. 2º O Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional – PROFGEO é um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Geografia, reconhecido e avaliado pela CAPES, credenciado pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e validado pelo Ministério da Educação.

Art. 3º O PROFGEO tem o objetivo de proporcionar formação geográfica consistente, atualizada e relevante ao exercício da docência na Educação Básica, visando dar, ao egresso, qualificação para o exercício profissional de professor de Geografia, outorgando-lhe o título de Mestre em Ensino de Geografia.

Art. 4º O PROFGEO é um curso semipresencial realizado por Instituições de Ensino Superior associadas em Rede Nacional, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, coordenado pela Comissão Acadêmica Nacional, que opera sob a égide da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Parágrafo único. A instituição que integra a Rede Nacional é denominada Instituição Associada, na qual será constituída uma Comissão Acadêmica Institucional.

Art. 5º Os critérios de adesão e de avaliação do PROFGEO, bem como os de descredenciamento de Instituição da Rede Nacional, estão descritos nas Normas de Avaliação do PROFGEO.

CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

SEÇÃO I DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 6º Na UFCG, o Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional – PROFGEO – funcionará vinculado à Unidade Acadêmica de Geografia, do Centro de Humanidades.

Art. 7º O PROFGEO manterá uma Secretaria do Programa, que se constitui como órgão de apoio administrativo, incumbido das funções burocráticas e do controle acadêmico direto, conforme orienta o Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFCG, em seu artigo 19.

Art. 8º As atividades do PROFGEO são coordenadas pela Comissão Acadêmica Nacional e pelas Comissões Acadêmicas Institucionais, responsáveis pela coordenação do PROFGEO em cada Instituição de Ensino Superior – IES – associada.

SEÇÃO II DA COMISSÃO ACADÊMICA NACIONAL

Art. 9º A Comissão Acadêmica Nacional é uma comissão executiva, composta de:

- I – um Coordenador Acadêmico Nacional;
- II – um Vice Coordenador Acadêmico Nacional;
- III – um Coordenador de Avaliação;
- IV – um Coordenador de Bolsas;
- V – um representante de cada uma das linhas de Pesquisa;
- VI – um representante discente do PROFGEO.

§ 1º O Coordenador Acadêmico Nacional e o Vice Coordenador Acadêmico Nacional são obrigatoriamente docentes credenciados de Instituições que integram a Rede Nacional do PROFGEO.

§ 2º A Comissão Acadêmica Nacional é presidida pelo Coordenador Acadêmico Nacional.

Art. 10. São atribuições da Comissão Acadêmica Nacional:

- I – coordenar, organizar e executar as ações do PROFGEO, visando à excelência acadêmica, incluindo as atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão;
- II – elaborar e publicar editais e normas acadêmicas visando ao cumprimento do inciso anterior;
- III – manter atualizado o sítio do PROFGEO;

IV – coordenar as atividades do Exame Nacional de Acesso;

V – acompanhar e homologar as informações sobre o Programa nos sistemas da CAPES e no Sistema de Controle Acadêmico – SCA, com vista à avaliação acadêmica e concessão de bolsas de estudo;

VI – organizar os Encontros Nacionais de Coordenadores e apoiar a realização de eventos, palestras e oficinas;

VII – designar comissões específicas para cumprir atividades do Programa;

VIII – resguardar o cumprimento dos requisitos necessários para a emissão dos diplomas, conforme estabelece o artigo 23 deste Regulamento;

IX – redefinir os critérios de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento dos docentes que compõem a rede do PROFGEO, sempre que necessário;

X – homologar as propostas de credenciamento e descredenciamento de docentes considerando o processo constituído pelas Comissões Acadêmicas Institucionais, a partir dos critérios de credenciamento estabelecidos pela Comissão Acadêmica Nacional;

XI – deliberar sobre modificações das ementas das disciplinas, propor e homologar disciplinas eletivas e os requisitos para a conclusão do curso, propostas pelas Comissões Acadêmicas Institucionais;

XII – deliberar sobre demandas formais das Instituições Associadas e quaisquer situações não previstas neste Regulamento;

XIII – apresentar, à CAPES, proposta de adesão ao Programa, bem como de descredenciamento da Rede Nacional de Instituição Associada, em consonância com as Normas de Avaliação do PROFGEO.

SEÇÃO III **DA COMISSÃO ACADÊMICA INSTITUCIONAL**

Art. 11. A Instituição Associada deve designar, em consonância com as normas e Regulamento vigentes, uma Comissão Acadêmica Institucional, a qual é presidida pelo Coordenador Acadêmico Institucional.

§ 1º Na Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Acadêmica Institucional é uma comissão executiva, composta de:

I – um Coordenador Acadêmico Institucional;

II – dois docentes do Programa;

III – um representante discente do PROFGEO.

§ 2º Os membros da Comissão Institucional terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, exceto o representante discente que terá mandato de um ano.

§ 3º O Coordenador da Comissão Acadêmica Institucional é membro do corpo docente permanente do PROFGEO, com grau de Doutor e formação em Geografia, em pelo menos um dos níveis de titulação (graduação, mestrado ou doutorado), designados conforme as normas e Regimento vigentes da Instituição Associada.

§ 4º A Comissão Institucional deverá reunir-se, regularmente, ao menos uma vez a cada três meses, em caráter ordinário, e em caráter extraordinário, sempre que expressamente convocado pelo Coordenador ou por solicitação escrita de um terço dos seus membros, com quarenta e oito horas de antecedência, sendo obrigatório constar da convocação o assunto da reunião.

§ 5º Cada membro terá direito a um voto nas reuniões plenárias da Comissão Institucional.

Art. 12. São atribuições da Comissão Acadêmica Institucional:

I – coordenar, organizar e executar em nível local as ações e atividades do PROFGEO na Universidade Federal de Campina Grande;

II – organizar atividades complementares, tais como palestras e oficinas, a serem realizadas no âmbito local do PROFGEO da UFCG;

III – proceder ao credenciamento, recredenciamento e descredenciamento dos membros do corpo docente do PROFGEO da UFCG, seguindo o disposto no Capítulo III deste Regulamento;

IV – designar, a cada período letivo, os docentes responsáveis pelas componentes curriculares a serem ofertadas no PROFGEO da UFCG;

V – seguir as orientações gerais da Comissão Acadêmica Nacional, selecionar, dentre as disciplinas ofertadas pelo PROFGEO, aquelas que serão oferecidas aos discentes do núcleo do PROFGEO da UFCG a cada período letivo, bem como as prioridades de matrícula entre os discentes que as pleitearem, atendidos os limites de vagas;

VI – analisar e se posicionar sobre as sugestões de docentes e discentes relativas ao funcionamento do Curso;

VII – designar uma comissão, composta por docentes do Programa PROFGEO da UFCG, incluindo ao menos um discente, para distribuir as bolsas de estudo aos discentes regularmente matriculados, acompanhar o desempenho exigido dos discentes, para a manutenção das bolsas, e substituir o discente bolsista em caso de desempenho insuficiente;

VIII – organizar, inserir e manter atualizado o sistema de gestão de bolsa da CAPES;

IX – definir, a cada período, as atividades curriculares de acordo com as Normas Acadêmicas do PROFGEO;

X – definir a forma e os critérios de avaliação e frequência nas disciplinas, respeitando as normas da Pós-Graduação da UFCG;

XI – apreciar, homologar e, quando for o caso, designar os orientadores dos discentes do Curso;

XII – homologar o encaminhamento dos Trabalhos de Conclusão para as bancas examinadoras;

XIII – homologar os nomes que comporão as bancas examinadoras para a qualificação e defesa dos Trabalhos de Conclusão do Curso, ouvindo o orientador e certificando-se das exigências sobre o perfil dos membros;

XIV – opinar sobre quaisquer outras matérias de interesse do funcionamento local do Curso que lhe sejam enviadas;

XV – coordenar a organização e execução de todas as ações e atividades do mestrado profissional na Instituição Associada, incluindo o cumprimento da programação de cada disciplina;

XVI – manter atualizada a documentação oficial da designação da Comissão Acadêmica Institucional, na Coordenação Acadêmica Nacional;

XVII – organizar e inserir, na Plataforma Sucupira da CAPES, as informações relativas à execução do PROFGEO em sua Instituição, com vista à avaliação periódica do desempenho do Programa;

XVIII – coordenar a aplicação, na Instituição Associada, de todos os Exames Nacionais determinados pela Coordenação de Avaliação Nacional;

XIX – opinar sobre infrações disciplinares estudantis e encaminhá-las, quando for o caso, aos órgãos competentes, respeitando o regimento e/ou estatuto da sua Instituição;

XX – decidir sobre recursos de discentes, referentes a assuntos acadêmicos, inclusive os relativos à transferência de alunos, e alunos especiais, em consonância com o Regulamento Geral de Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG.

§ 1º A Comissão Acadêmica Institucional poderá designar docente ou instituir outras comissões, de caráter permanente ou transitório, para emitir parecer e/ou decidir sobre questões diversas referentes ao funcionamento local do Curso.

§ 2º As decisões da Comissão Acadêmica Institucional, referentes a prazos, disciplinas, exames e qualquer assunto de interesse geral ou individual, deverão, de forma adequada, ser levadas ao conhecimento de todos os discentes e membros do corpo docente ou ao interessado, de modo que fique assegurada a devida ciência.

§ 3º Os prazos concedidos a pleitos individuais, quando contados em dias ou meses, começarão a correr a partir da data de ciência pelo interessado.

SEÇÃO VI DA COORDENAÇÃO ACADÊMICA INSTITUCIONAL

Art. 13. Na Universidade Federal de Campina Grande, o PROFGEO será coordenado por uma Coordenação Acadêmica Institucional, composta de um coordenador escolhido entre os docentes permanentes do Programa, com vínculo funcional com a UFCG.

§ 1º O Coordenador será escolhido e nomeado de acordo com o Estatuto da UFCG.

§ 2º A duração dos mandatos de coordenador e as condições para eventuais substituições, em caso de vacância do cargo, obedecerão ao Estatuto da UFCG.

Art. 14. Ao Coordenador Acadêmico Institucional compete:

I – convocar e presidir as reuniões da Comissão Acadêmica Institucional;

II – responsabilizar-se pela boa execução de todas as atribuições da Comissão Acadêmica Institucional;

III – zelar pelo funcionamento do Programa, tendo em vista o Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG, o Regulamento Geral do PROFGEO e o Regulamento Local do PROFGEO, bem como as deliberações tomadas na Comissão Acadêmica Nacional;

IV – dar encaminhamento às decisões tomadas na Comissão Acadêmica Institucional;

V – representar o PROFGEO da UFCG nas reuniões plenárias da Comissão Acadêmica Nacional;

VI – encaminhar as decisões e solicitações do PROFGEO da UFCG nas reuniões plenárias da Comissão Acadêmica Nacional;

VII – encaminhar as ações aprovadas pela Comissão Acadêmica Nacional;

VIII – encaminhar, à Coordenação Acadêmica Nacional, os dados do PROFGEO da UFCG a serem incluídos no relatório anual das atividades do Curso (Plataforma Sucupira);

IX – coordenar a aplicação local do processo nacional de seleção de novos alunos do PROFGEO da UFCG;

X – assumir as atribuições constantes no artigo 18 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG.

CAPÍTULO III

DO CORPO DOCENTE

Art. 15. O corpo docente do PROFGEO, responsável por suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, é formado por professores com grau de Doutor e, ao menos, 70% do quadro deve possuir uma formação em geografia, seja graduação, mestrado ou doutorado.

Parágrafo único. A Comissão Acadêmica Institucional deve zelar pelo equilíbrio entre os docentes e as Linhas de Pesquisa do PROFGEO.

Art. 16. Compete aos docentes do PROFGEO da UFCG a oferta de disciplinas, orientação e a dedicação à pesquisa.

§ 1º Todo professor permanente deve dedicar-se às atividades do PROFGEO da UFCG e, em especial, oferecer ao menos uma disciplina no quadriênio de avaliação da CAPES e ter, sob sua responsabilidade, no mínimo, uma orientação, ao longo do mesmo período.

§ 2º Os docentes do PROFGEO da UFCG devem se dedicar à pesquisa conforme as exigências do Documento de Área de Geografia para a pós-graduação, principalmente, aquelas voltadas para os mestrados profissionais.

Art. 17. A avaliação do corpo docente do PROFGEO será periódica, segundo critérios de produção e desempenho definidos previamente pela Comissão Acadêmica Nacional, e divulgada em Edital, atendendo aos documentos da área da Geografia e às demais exigências do sistema de Pós-Graduação.

Parágrafo único. A avaliação de que trata este artigo implicará o credenciamento ou descredenciamento do docente do PROFGEO.

Art. 18. O credenciamento e o descredenciamento de docentes, seguindo o disposto nos artigos 15, 16 e 17 deste Regulamento, podem ser formalizados por solicitação própria do docente ou por indicação da Comissão Institucional, necessitando ser aprovado em reunião da Comissão Acadêmica Institucional, convocada para essa finalidade.

Parágrafo único. No mínimo, a cada quadriênio, concomitantemente com a avaliação quadrienal do curso, pela CAPES, a Comissão Institucional deve proceder ao credenciamento de todos os docentes vinculados ao PROFGEO da UFCG.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA DO PROGRAMA

SEÇÃO I DO QUADRO GERAL

Art. 19. O PROFGEO tem o Ensino de Geografia como área de concentração, à qual estão vinculadas as disciplinas e três linhas de pesquisa:

- a) Saberes e conhecimentos da Geografia no espaço escolar;

b) Formação Docente em Geografia;

c) As linguagens no ensino de Geografia.

Parágrafo único. Os projetos de pesquisa a serem desenvolvidos no Programa devem estar vinculados a essas linhas às quais se referem às alíneas deste artigo.

Art. 20. O projeto pedagógico nacional do PROFGEO oferece atividades presenciais e a distância, organizadas em disciplinas obrigatórias, disciplinas eletivas e trabalho de conclusão do PROFGEO, conforme a Matriz Curricular definida pela Comissão Acadêmica Nacional.

§ 1º As descrições, ementas e bibliografias das disciplinas são discriminadas em um Catálogo de Disciplinas, a ser elaborado e revisado regularmente pela Comissão Acadêmica Nacional.

§ 2º A cada ano, as disciplinas do PROFGEO são oferecidas regularmente em diferentes períodos letivos, segundo a programação estabelecida pela Comissão Acadêmica Nacional.

Art. 21. Os docentes das disciplinas são designados pela Comissão Acadêmica Institucional dentre os membros do seu corpo docente, os quais têm a atribuição de zelar pelo bom funcionamento de todas as atividades da disciplina em sua Instituição, incluindo-se cumprir o programa, elaborar, aplicar e corrigir todas as avaliações, bem como aferir o desempenho dos discentes, e emitir o conceito final.

SEÇÃO II DO EXAME NACIONAL DE ACESSO

Art. 22. A admissão de discentes no PROFGEO dar-se-á exclusivamente por meio do Exame Nacional de Acesso – ENA, o qual é regulamentado por Edital elaborado pela Comissão Acadêmica Nacional, publicado previamente no sítio do PROFGEO na internet.

Art. 23. Todas as normas de realização do ENA são definidas por meio de Editais, incluindo os requisitos para inscrição, a forma e conteúdo programático, os horários de aplicação e o número de vagas em cada Instituição Associada.

Art. 24. À Comissão Nacional de Avaliação dos Discentes do PROFGEO, designada por portaria da Coordenação da Comissão Acadêmica Nacional, compete elaborar o caderno de questões do ENA.

SEÇÃO III DA MATRÍCULA

Art. 25. Fazem jus à matrícula no PROFGEO, os candidatos que atendam aos requisitos definidos no Edital e nas normas das instituições associadas e, além disso, sejam classificados no ENA referente ao ano da matrícula.

§ 1º O calendário das matrículas dos discentes nas Instituições Associadas é definido em Edital do ENA.

§ 2º A matrícula e conferência da documentação dos candidatos classificados no ENA são de exclusiva responsabilidade de cada Instituição Associada.

Art. 26. Os candidatos que não fizerem a matrícula pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no prazo máximo estabelecido no calendário acadêmico, serão considerados desistentes, podendo a vaga ser ocupada por candidatos suplentes, obedecendo-se à ordem de classificação.

Art. 27. Alunos especiais poderão ser autorizados pelo Coordenador Institucional do PROFGEO da UFCG a matricular-se em uma ou mais disciplinas eletivas, de acordo com o número disponível de vagas e mediante a aceitação do docente responsável pela disciplina, bem como em conformidade com o Regulamento da Pós-Graduação da UFCG.

Art. 28. Para a efetuação da matrícula, poderão ser exigidos outros documentos além daqueles fornecidos durante a fase de seleção.

Art. 29. Os discentes regularmente matriculados no PROFGEO, em cada Instituição Associada, fazem parte do corpo discente de pós-graduação dessa Instituição.

SEÇÃO IV DO REGIME DIDÁTICO

Art. 30. Durante a realização do PROFGEO, os discentes terão seus estudos supervisionados por um orientador do quadro de docentes permanentes ou colaboradores do PROFGEO da UFCG.

Parágrafo único. Será admitida a coorientação, desde que autorizada pela Comissão Institucional.

Art. 31. Cabe ao orientador:

I – auxiliar e participar na elaboração do projeto do Trabalho Final;

II – estimular o orientando a participar de eventos técnico-científicos;

III – incentivar o orientando à publicação de trabalhos científicos;

IV – orientar e colaborar no desenvolvimento do processo a ser desenvolvido pelo orientando;

V – presidir as bancas examinadoras de qualificação e de defesa do Trabalho Final;

VI – cumprir suas atribuições conforme preconiza o Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFCG.

Art. 32. Para a conclusão do curso, o prazo mínimo é de 12 meses e o máximo, de 24 meses.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, devidamente justificados e aprovados pela Comissão Institucional Local, o prazo máximo poderá ser dilatado em até seis meses.

Art. 33. O número mínimo de créditos a serem integralizados no curso é de 24, sendo necessário perfazer

I – 08 (oito) créditos em disciplinas obrigatórias;

II – 08 (oito) créditos em disciplinas eletivas, das quais no mínimo 04 (quatro) créditos em disciplina EAD ofertada pelo PROFGEO;

III – 02 (dois) créditos em Seminário Integrador;

IV – 02 (dois) créditos em seminário de projetos;

V – 02 (dois) créditos em elaboração do Trabalho Final I;

VI – 02 (dois) créditos em elaboração do Trabalho Final II.

§ 1º A relação crédito-disciplina está disposta no parágrafo primeiro do artigo 37 deste Regulamento.

§ 2º As atividades do Seminário Integrador serão promovidas pelas Coordenações Acadêmicas Institucionais, em cooperação com a Coordenação Acadêmica Nacional do PROFGEO.

Art. 34. Antes da defesa, até o final do terceiro semestre do curso, o discente deverá realizar o exame de qualificação.

Art. 35. Para a conclusão do Curso, o discente deverá realizar a defesa do seu Trabalho de Conclusão de Curso, de acordo com as condições previstas neste Regulamento, bem como de acordo com o Regulamento da Pós-Graduação da UFCG.

SEÇÃO V DAS DISCIPLINAS E DOS CRÉDITOS

Art. 36. As disciplinas oferecidas pelo Programa dividem-se em obrigatórias e optativas, as quais estão definidas na Matriz Curricular.

Parágrafo único. Além das disciplinas obrigatórias e eletivas o aluno deverá cursar as disciplinas de seminário assim distribuídas:

I – Seminário integrador, constituído de atividades que visam oportunizar a formação atualizada e dinâmica do estudante-educador tais como palestras, participação em eventos, publicações, entre outras atividades definidas pelas coordenações;

II – Seminários de Projetos que compreende atividades teórico-práticas para a elaboração do planejamento do trabalho de conclusão.

Art. 37. A unidade básica de duração das disciplinas do Curso é o crédito.

§ 1º O controle da execução curricular ocorrerá pelo sistema de créditos, correspondendo cada crédito a 15 (quinze) horas-aulas teóricas e 30 (trinta) horas-aula práticas ou a outras atividades didáticas em que haja assistência docente.

§ 2º A critério da Comissão Acadêmica Institucional, poder-se-á aceitar créditos obtidos em outros cursos de pós-graduação *stricto sensu* recomendados pela CAPES, observando-se o respectivo conteúdo e a paridade de carga horária/créditos, assim como as disposições contidas neste Regulamento e no Regulamento Geral do PROFGEO.

3º Nos casos de transferência e de readmissão por nova seleção, excetuados os casos em que exista acordo de cooperação e intercâmbio entre o curso e a outra instituição, nacional e estrangeira, o número de créditos aceitos não pode ultrapassar 1/3 do número total de créditos exigidos para a obtenção do grau correspondente.

Art. 38. A Comissão Acadêmica Institucional poderá autorizar o discente a cursar disciplinas em outros cursos de pós-graduação *stricto sensu* recomendados pela CAPES.

Art. 39. O aproveitamento do discente, em cada disciplina, será avaliado em notas, com valores de zero (0,0) a dez (10,0).

Art. 40. Para obter aprovação em cada disciplina, os alunos devem ter aproveitamento equivalente ou superior a nota seis (6,0) e frequentar, no mínimo, 75% das aulas.

Parágrafo único. Alunos com aproveitamento abaixo do mínimo e/ou frequência inferior a 75% das aulas serão considerados reprovados na respectiva disciplina e não terão direito aos créditos correspondentes.

SEÇÃO VI DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 41. O Exame de Qualificação – EQ – consiste na elaboração e defesa do projeto de Trabalho de Conclusão do Mestrado Profissional.

§ 1º O discente deve, obrigatoriamente, realizar o EQ após ter concluído o número de créditos em disciplinas obrigatórias e eletivas demandados pelo PROFGEO, até o final do terceiro semestre do curso.

§ 2º Cada discente dispõe de duas únicas oportunidades consecutivas para obter aprovação no Exame de Qualificação.

§ 3º O discente será desligado do PROFGEO após duas reprovações no exame de qualificação.

Art. 42. Cabe exclusivamente à Comissão Acadêmica Nacional definir e publicar no sítio do PROFGEO as normas do exame de qualificação.

CAPÍTULO V DA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE

SEÇÃO I DAS CONDIÇÕES

Art. 43. Os requisitos mínimos para obtenção do título de Mestre em Ensino de Geografia conferido pelo PROFGEO são:

I – completar os créditos conforme o disposto no artigo 33 deste Regulamento;

II – ter sido aprovado no exame de qualificação;

III – ter suficiência em pelo menos uma língua estrangeira, segundo o Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG;

IV – ter sido aprovado na defesa do trabalho de conclusão do PROFGEO;

V – encaminhar à secretaria do curso a versão final do Trabalho de Conclusão do Curso, no prazo de noventa dias após a defesa;

VI – satisfazer todos os requisitos legais constantes no Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG, para emissão do Diploma.

SEÇÃO II DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Art. 44. O trabalho de conclusão do PROFGEO poderá ser apresentado em diferentes formatos, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, publicações tecnológicas; mapas, maquetes, desenvolvimento de aplicativos e softwares, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas voltados ao ensino da geografia; produção de programas de mídia, editoria, relatórios finais de pesquisa, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, sem prejuízo de outros formatos, de acordo com temas específicos aplicados ou aplicáveis ao ensino de Geografia, pertinentes ao currículo da Educação Básica e seu impacto na prática pedagógica.

§ 1º Independente do formato apresentado, é obrigatório que o trabalho de conclusão do PROFGEO tenha um texto formalmente escrito, de caráter teórico-metodológico.

Art. 45. A defesa do trabalho de conclusão do PROFGEO somente poderá ocorrer após cumpridas todas as demais exigências para a integralização curricular, dispostas no artigo 43.

Art. 46. Para a defesa do Trabalho de Conclusão do PROFGEO, o orientador deverá solicitar à Coordenação Institucional do PROFGEO da UFCG, o agendamento, sugerindo data, hora e composição da banca examinadora, conforme as orientações da Instituição.

§ 1º A banca examinadora deve ser composta de, no mínimo, dois docentes do PROFGEO e de um docente externo ao Programa.

§ 2º Será admitida a participação de membros da banca de forma remota, por videoconferência ou parecer, considerando as definições Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG.

Art. 47. A Comissão Acadêmica Institucional do PROFGEO da UFCG homologará a data da apresentação e defesa pública do Trabalho de Conclusão, no prazo mínimo de um mês e, no máximo, de dois meses, após a solicitação do orientador, ou conforme as orientações da UFCG.

Parágrafo único. A defesa do Trabalho de Conclusão será feita em evento público, com apresentação do trabalho pelo mestrando e arguição pública feita pela banca examinadora.

Art. 48. Após a arguição, conforme dispõe o Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG, a banca examinadora, em sessão secreta, atribuirá um dos seguintes conceitos, na ata da sessão de defesa:

I – Aprovado;

II – Em Exigência;

III – Indeterminado;

IV – Reprovado.

§ 1º O discente aprovado na defesa deverá apresentar à Coordenação do Curso a versão final do Trabalho de Conclusão do Curso, devidamente assinada pelo presidente e demais membros da banca examinadora, no prazo de trinta dias, a contar da defesa.

§ 2º Sendo atribuído o conceito “Em exigência”, o candidato terá até 90 (noventa) dias, conforme decisão da Comissão, para providenciar as alterações exigidas, conforme lista estabelecida, constante no relatório da comissão examinadora.

§ 3º Quando da atribuição do conceito “Em exigência”, constará na ata, e em qualquer documento emitido a favor do candidato, que a possibilidade de aprovação está condicionada à avaliação da nova versão do Trabalho Final.

§ 4º No caso de ser atribuído o conceito "Em Exigência", o Presidente da Comissão, ouvidos os demais membros, será responsável por atestar que as correções solicitadas na lista de exigência foram atendidas na versão final do trabalho.

§ 5º No caso de ser atribuído o conceito "Indeterminado", a comissão examinadora apresentara relatório a Coordenação, expressando os motivos da sua atribuição.

§ 6º A atribuição do conceito "Indeterminado" implicara o estabelecimento do prazo mínimo de 90 (noventa) dias e máximo de 180 (cento e oitenta) dias para reelaboração, nova apresentação e defesa do Trabalho Final.

§ 7º Quando da nova apresentação do Trabalho Final, a comissão examinadora deverá ser, preferencialmente, a mesma.

§ 8º Decorridos os prazos estabelecidos nos parágrafos anteriores, caso não seja depositada a nova versão com as alterações exigidas pela Comissão Examinadora, o candidato será considerado reprovado.

SEÇÃO III DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

Art. 49. A matrícula do discente do PROFGEO poderá ser trancada por, no máximo, um período letivo, a depender de aprovação da Comissão Institucional, e em consonância com o Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG.

§ 1º Não será permitido o trancamento de matrícula para os discentes do 1º (primeiro) período letivo.

§ 2º Não será permitido o trancamento de matrícula, quando não for possível o cumprimento dos prazos para a integralização do curso.

§ 3º O discente que não renovar a matrícula poderá tê-la trancada, por decisão administrativa, uma única vez.

SEÇÃO IV DO DESLIGAMENTO DO PROGRAMA

Art. 50. Será desligado do PROFGEO o aluno que:

I – for reprovado em duas disciplinas no decorrer do Curso;

II – abandonar, sem justificativa, duas ou mais disciplinas;

III – não completar suas atividades no período máximo de 24 meses, inclusive com a entrega do Trabalho de Conclusão do Curso, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 32 deste Regulamento;

IV – se enquadrar em qualquer item do artigo 52 do Regulamento da Pós-Graduação da UFCG;

IV – apresentar conduta inadequada que inviabilize sua permanência no PROFGEO.

Parágrafo único. O desligamento do discente do PROFGEO, motivado por conduta inadequada, será realizado mediante aprovação da Comissão Acadêmica Institucional.

CAPÍTULO VI DA EMISSÃO DE DOCUMENTOS E DO DIPLOMA DE MESTRADO

Art. 51. O PROFGEO só emitirá documentos que atestem a conclusão do Curso de Mestrado ao discente que cumprir todos os requisitos necessários para a emissão do diploma, não havendo qualquer pendência acadêmica, administrativa ou legal.

Art. 52. A diplomação do discente concluinte do Curso estará a cargo da Instituição à qual o discente se encontra administrativa e academicamente vinculado e poderá estar submetida às exigências adicionais oriundas das normas internas daquela Instituição, desde que não conflitem ou anulem as exigências contidas no Regulamento Geral do PROFGEO.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. Os casos omissos neste Regulamento serão avaliados e resolvidos pela Comissão Acadêmica Institucional do PROFGEO da UFCG.

Art. 54. O presente Regulamento pode ser revisto pela Comissão Acadêmica Institucional.

Art. 55. Este Regulamento é complementado pelo Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Campina Grande e, também, pelo Regulamento Geral do PROFGEO.

Art. 56. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO
(ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 06/2020)

ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia está constituída de disciplinas obrigatórias, disciplinas eletivas, seminários, exame de qualificação e defesa de trabalho de conclusão do PROFGEO.

Para a integralização curricular o aluno deverá completar um total de 24 créditos, assim distribuídos:

- ✓ 08 créditos em disciplinas obrigatórias;
- ✓ 08 créditos em disciplinas eletivas, das quais no mínimo quatro créditos (uma disciplina) em EAD;
- ✓ 02 créditos em Seminário Integrador, especificadas no regulamento do curso;
- ✓ Palestras e eventos, promovidos pela rede ou pelas Instituições Associadas;
- ✓ 02 créditos em seminário de projetos;
- ✓ 02 créditos em Elaboração de Trabalho Final I;
- ✓ 02 créditos em Elaboração de Trabalho Final II.

Além dos créditos, o aluno deverá cumprir os seguintes requisitos:

- ✓ ter sido aprovado no exame de qualificação;
- ✓ ter suficiência em pelo menos uma língua estrangeira, segundo o regulamento da IES;
- ✓ ter sido aprovado na defesa do Trabalho de Conclusão.

DISCIPLINAS E REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

As Disciplinas Obrigatórias, com quatro créditos cada uma, são as seguintes:

TÍTULO: EPISTEMOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA

Objetivos: Discutir a inserção e a problemática da Geografia nos espaços- tempos formativos; compreender, analisar e debater os conceitos, categorias, teorias e conteúdos específicos do ensino de Geografia; Entender as aproximações e distanciamentos entre Geografia acadêmica e Geografia escolar; apreender as questões relacionadas aos processos de ensino-aprendizagem em Geografia.

Programa:

UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DO CONHECIMENTO E DA PESQUISA NO ENSINO DE GEOGRAFIA

UNIDADE 2 – AS CORRENTES GEOGRÁFICAS E O ENSINO DE GEOGRAFIA

- 2.1. O pensamento geográfico e sua História.
- 2.2. Concepções teórico-metodológicas da Geografia e seu ensino.

UNIDADE 3- AS MÚLTIPLAS RACIONALIDADES E O ENSINO DE GEOGRAFIA

- 3.1. A racionalidade técnica e o ensino de Geografia.
- 3.2. A racionalidade pedagógica e o ensino de Geografia.

UNIDADE 4 - OS CONCEITOS GEOGRÁFICOS E A EPISTEMOLOGIA DA PRÁTICA

- 4.1. Conceitos e categorias da Geografia.
- 4.2. Epistemologia e ensino de Geografia no currículo escolar.
- 4.3. Tendências recentes do pensamento geográfico no ensino.

Bibliografia Básica:

CAVALCANTI, Lana de S. O ensino de Geografia na escola. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 2012.
CALLAI, Helena C. A formação do profissional da Geografia: O professor. Ijuí, RS: Ed. Unijui, 2013.
TONINI, I.M.; CASTROGIOVANNI, A.C.; GOULART, L;B.; KAERCHER N.A.;
MARTINS. R. E. M. W.. O ensino de geografia e suas composições curriculares. Porto Alegre. Editora Mediação. 2014.
STRAFORINI, Rafael. Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.

Bibliografia Complementar:

CAVALCANTI, Lana de Souza. A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papyrus, 2012.
MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski; TONINI, Ivaine Maria; GOULART, Ligia Beatriz. Ensino de geografia no contemporâneo: experiências e desafios. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2014.
SILVA, Eunice I.; PIRES, Lucineide M. (Org.). Desafios da didática de Geografia. Goiânia: Ed. PUC-GO, 2013.

TONINI, Ivaine Maria. Geografia escolar: uma história sobre seus discursos pedagógicos. 2. ed. Ijuí: EdUnijuí, 2006.

TÍTULO: METODOLOGIAS DO ENSINO DA GEOGRAFIA

Objetivos: Discutir, propor e desenvolver técnicas, recursos e outros instrumentos e linguagens para o ensino de Geografia na Educação Básica; planejar metodologias de ensino-aprendizagem em Geografia; refletir sobre a escola e as linguagens do ensino de Geografia na contemporaneidade.

Ementa: Alternativas teóricas e metodológicas para o ensino de Geografia; as linguagens para o ensino de Geografia; aprendizagem e proposições metodológicas para a construção de conceitos; metodologias ativas e ensino de Geografia.

Programa:

UNIDADE 1 - METODOLOGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA

UNIDADE 2 - TÉCNICAS, RECURSOS E INSTRUMENTOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

- 2.1. Estratégias pedagógicas e alternativas metodológicas para o ensino de Geografia.
- 2.2. Releituras dos recursos usualmente empregados no ensino de Geografia.

UNIDADE 3 – AS LINGUAGENS DO ENSINO DE GEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE

- 3.1. As linguagens textuais no ensino de Geografia.
- 3.2. Alfabetização e letramento geográfico.
- 3.3. Arte e educação geográfica.
- 3.4. Tecnologias da informação e comunicação no ensino de Geografia.
- 3.5. Outras linguagens empregadas no ensino da Geografia.

UNIDADE 4 – ATIVIDADES E PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

- 4.1. Planejamento metodológico para o ensino-aprendizagem.
- 4.2. Criação e desenvolvimento de propostas de ensino-aprendizagem em Geografia.

Bibliografia Básica:

- ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2006.
- BECKER, Fernando; MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko (Orgs.). Ser professor é ser pesquisador. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos.; TONINI, Ivaine Maria.; KAERCHER, Nestor André (Orgs.). Movimentos no ensinar geografia. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar-Cultura, 2013.
- MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski; TONINI, Ivaine Maria; GOULART, Ligia Beatriz. Ensino de geografia no contemporâneo: experiências e desafios. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2014.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar:

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia e práticas de ensino. Goiânia: Alternativa, 2005

KIMURA, Shoko. Geografia no Ensino Básico: Questões e Propostas. São Paulo: Contento, 2014.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2009.

REGO, Nelson (Org.). Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Artmed. 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

As disciplinas eletivas, com quatro créditos, são as seguintes:

TÍTULO: ENSINO DAS TEMÁTICAS FÍSICO-NATURAIS NA GEOGRAFIA

Ementa: Geografia física: paradigmas científico-filosóficos. Geografia física, práticas curriculares e formação de professores. Relação entre o conteúdo e a didática no ensino das temáticas físico-naturais. As temáticas físico-naturais nos livros didáticos de geografia: avaliações, contextos e explorações. As categorias de análise geográfica no ensino das temáticas físico-naturais. Sequências, metodologias e recursos didáticos para o ensino das temáticas físico-naturais.

Bibliografia Básica:

AB'SABER, A.N. Os domínios de natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003. 159p.

MORAIS, E. M. B; ALVES, A. O.; ASCENÇÃO, V. O. R. (Orgs). Contribuições da geografia física para o ensino de geografia. Goiânia: C& Alfa Comunicação, 2018. 176p.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. L.; CACETE, N. H. Para Ensinar e Aprender Geografia. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOTCHAVA, V. B. O Estudo dos Geossistemas. Métodos em Questão. São Paulo, n. 16, 1977.

TONINI, M. I. Geografia escolar: uma história sobre seus discursos pedagógicos. 2ª Ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2006, 88p.

TRICART, J. J. L. Ecodinâmica. Rio de Janeiro: IBGE-SUPREN, 1977. 91p. VENTURI, L. A. B. Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. 240p.

Bibliografia Complementar:

AFONSO, A.E. Perspectivas e possibilidades do ensino e da aprendizagem em geografia física na formação de professores de Geografia. Tese (Doutorado em Planejamento e Gestão Ambiental). Programa de Pós-graduação em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

ASCENÇÃO, V. O. R. Os conhecimentos docentes e a abordagem do relevo e suas dinâmicas nos anos finais do ensino fundamental. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação do em Geografia. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

MORAIS, E. M. B. O ensino das temáticas físico-naturais na geografia escolar. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2011

PINA, P.P.G.N. A relação entre o ensino e o uso do livro didático de geografia. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia. João Pessoa: UFPB, 2009.

SUERTEGARAY, D. M. A.; NUNES, J. O. R. A Natureza da Geografia Física na Geografia. Terra Livre, São Paulo, v. 17, p. 11-24, 2002.

TÍTULO: GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Ementa: Política nacional de atenção educacional às pessoas com necessidades especiais, minorias e demais casos de negação de direitos na sociedade. A formação de professores numa perspectiva de atendimento à diversidade. Prática Pedagógica e acesso ao conhecimento numa perspectiva inclusiva. A inclusão a partir das diferenças nas aprendizagens com ênfase na educação de jovens e adultos. A apropriação espacial da escola para construção da autonomia.

Bibliografia Básica:

FAVERO, O.; IRELAND, T. D. (Orgs.) Educação como exercício na diversidade. Brasília, DF: UNESCO; MEC; AMPED, 2007.

LIRA, S. M. (Org). A educação geográfica a serviço da inclusão: trabalhando o espaço com estudantes videntes e cegos. Campina Grande: EDUFCEG, 2019.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

BEZERRA, N. S. (Org.). Respeitando as diferenças no espaço escolar. Recife: GESTOS, 2007.

COSTA, V. B. Inclusão escolar do deficiente visual no Ensino Regular. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

GADOTTI, M. Diversidade cultural e educação para todos. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

PORTO, Iris Maria Ribeiro; VLACH, Vânia Rúbia Farias. Ensino de Geografia, diversidade, cidadania: aprendizagens em construção. São Luís: Editora UEMA, 2015.

Bibliografia Complementar:

DINIZ, D. O que é deficiência. 1ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

EVARISTO, M.; FRANCISCO, M. (orgs.). A "Declaração de Salamanca" hoje: vozes da prática. Rio Branco: João Editora, 2013.

GIACOMINI, L. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial. Brasília: MEC, 2010.

FREITAS, S. N.; KREBS, R. J.; RODRIGUES, D. (Orgs.). Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2005.

TÍTULO: PERCURSO HISTÓRICO DA GEOGRAFIA ESCOLAR BRASILEIRA

Ementa: As geografias escolares dos viajantes e cartógrafos; A construção de conhecimentos da geografia escolar e da pedagogia da interação homem x meio; Educação e geografia na

formação social capitalista: formação, perspectivas republicanas e burguesas da educação e de geografia escolar brasileira; A educação nacional e a geografia pátria; o debate internacional: O que deve ser a geografia; As reformas no mundo da educação e na geografia (LDBEN, PCN'S, DCN'S); Renovação pedagógica.

Bibliografia Básica:

- ALMEIDA, Rosângela Doin de. Cartografia escolar. São Paulo: Contexto, 2007. CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.
- CARLOS, Ana Fani de Alessandri. (Org.) A Geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999.
- CARVALHO, Maria Inez. Fim de século: A escola e a Geografia. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos e COSTELLA, Roselane Zordan. Brincar e Cartografar – com os diferentes mundos geográficos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- OLIVEIRA, Marcus A. T; RANZI, S. M. (Orgs.). História das Disciplinas Escolares no Brasil. Bragança Paulista – SP. EDUSF, 2003.
- PEREIRA, Raquel Maria F. do A. Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna. 3ª e. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce; HEIDRICH, Álvaro. (Org.) Geografia e Educação: Geração de ambiência. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- STRAFORINI, Rafael. Ensinar Geografia – desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 2ª ed. São Paulo: Anablume, 2004.
- TONINI, Ivaine et al. (Org.). O ensino de Geografia e suas composições curriculares. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

Bibliografia Complementar:

- CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim (Comitê organizador). Seminário Internacional de Investigadores Brasileños em Europa: Territorio, Ciudad e educación. Barcelona: APEC, 2007.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In. Revista Teoria e Educação, Nº 2, 1990.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004. P. 549 – 566.
- GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. Teoria & Educação. Porto Alegre (RS), n. 2, 1990. p. 230-254.
- PINHEIRO, Antonio Carlos. O ensino de Geografia no Brasil: catálogo de dissertações e teses. Goiânia: Vieira, 2005.
- ROCHA, Genylton Odilon R. da. A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837 – 1942). Dissertação (mestrado em Educação), Dept. de Supervisão e Currículo, PUC – SP. São Paulo: PUC, 1996. p. 85 – 127.
- SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. História das disciplinas escolares: perspectivas de análise. In. Revista Teoria e Educação, nº2, 1990. P. 21 – 29.
- Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

TÍTULO: LINGUAGENS E EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

Ementa: As linguagens na construção do pensamento espacial; características e potencialidades das diferentes linguagens em percursos educativos; experimentações com diferentes linguagens na educação geográfica.

Objetivos: Analisar a presença e papel das linguagens na construção do pensamento espacial; identificar as especificidades e potencialidades das diferentes linguagens na educação geográfica; criar e/ou desenvolver experimentações com/em diferentes linguagens na educação geográfica.

Programa:

UNIDADE I - LINGUAGENS E PENSAMENTO ESPACIAL

UNIDADE II - ESPECIFICIDADES E POTENCIALIDADES DAS DIFERENTES LINGUAGENS NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

UNIDADE III - EXPERIMENTAÇÕES COM/EM DIFERENTES LINGUAGENS NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

Bibliografia Básica:

CAZETTA, Valéria; OLIVEIRA JR, Wenceslao M. de (Orgs.) Grafias do Espaço: imagens da educação geográfica contemporânea. Campinas: Ed. Alínea, 2013. HOLLMAN, Verónica; LOIS, Carla. Geo-grafías. Imágenes e instrucción visual em la geografía escolar. Buenos Aires: Paidós, 2015.

MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

NUNES, Flaviana G.; NOVAES, Inia F. de. (Orgs.) Encontros, derivas, rasuras: potências das imagens na educação geográfica. Uberlândia: Assis Editora, 2017.

Bibliografia Complementar:

CORAZZA, Sandra M. Artistagens. Filosofia da diferença e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERRAZ, Cláudio B. O.; NUNES, Flaviana G. (Orgs.) Imagens, Geografias e Educação: intenções, dispersões e articulações. Dourados, Ed. da UFGD, 2013.

GIRARDI, Gisele. Mapas desejanter. Uma agenda para a cartografia geográfica. Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 3 (60), p. 147-157, set./dez. 2009.

LARROSA, Jorge. Tremores: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao M.; GIRARDI, Gisele. Diferentes linguagens no ensino de Geografia. In: Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia, XI, 2011. Goiânia. Anais... Goiânia, 2011, p. 1-9.

TONINI, Ivaine et al (Orgs). O ensino de geografia e suas composições curriculares. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Universidade de Brasília – UNB

TÍTULO: GEOGRAFIA FÍSICA E ENSINO

Ementa: A Geografia Física na escola. O meio ambiente e os impactos ambientais como conteúdos pedagógicos. Os principais aspectos geológicos, os climas, a geomorfologia e os solos do Brasil. As grandes bacias hidrográficas e a integração regional. O livro didático de

Geografia. Metodologias de ensino de Geografia Física. Relação entre os diferentes aspectos ambientais com a transformação do espaço.

Bibliografia Básica:

- CAVALCANTI, L. S. Geografia e práticas de ensino. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.
- LATUF, M. O. Geografia Física ou Humana, ou será apenas Geografia?. Formação (Presidente Prudente), v. 1, p. 205-206, 2007.
- LOUZADA, C. O.; FROTA FILHO, A. B. METODOLOGIAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA Geosaberes, Fortaleza, v. 8, n. 14, p. 75-84, jan. / abr., 2017. 84
- LEPSCH, I. F. (org.). Formação e Conservação dos Solos. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. v. 1. 216p.
- PONTUSCHKA, N. N. ; PAGANELLI, T. I. ; CACETE, N. H. Para ensinar e aprender Geografia - 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009. v. 1000. 383p.
- STEINKE, E. T. Climatologia Fácil. São Paulo: Oficina de textos, 2012.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em Geografia. GEOgraphia (UFF), Niterói/RJ, v. 7, p. 92-99, 2002.
- VEGA, A.G. de la. Un Enfoque Innovador En La Didáctica Del Paisaje: Escenario Y Secuencia Geográfica. In: GONZÁLEZ, R.M. TORRES, M.L.de.L. e. GAITE, M.J.M. (Org.) Innovación en la enseñanza de la geografía ante los desafíos sociales y territoriales 1o ed. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2007.

Bibliografia Complementar:

- COMPIANI, M. Ensaio de interdisciplinaridade no ensino fundamental com geologia/geociências. In: PONTUSCHKA, N.; OLIVEIRA, A. (org.). Geografia em Perspectiva. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2002, v. , p. 125-133.
- COMPIANI, M. O lugar e as escalas e suas dimensões horizontal e vertical nos trabalhos práticos: implicações para o ensino de ciências e educação ambiental. Ciência e Educação (UNESP), v. 13, p. 29-45, 2007.
- DEMO, P. Pesquisa Participante. Saber pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livro, 2004. v. 1. 139p.
- SILVA, A.C. Materiais especiais: conceitos, tratamentos e a formação de uma hemeroteca. (Monografia)Natal: UFRN, 2002.

TÍTULO: GEOICONOGRAFIA E MULTIMÍDIAS

Ementa: A disciplina estuda inicialmente os campos do conhecimento que, constituem na atualidade as denominadas Tecnologias da Informação e Conhecimento (TICs). Neste âmbito são apresentados os temas da Fotografia para a ciência geográfica, com ênfase na Fotogeografia e o processo de ensino- aprendizagem; os elementos fílmicos como elementos de transposição didático-pedagógica e o papel das Multimídias no contexto da educação geográfica.

Bibliografia Básica:

- DELEUZE, G. Cinema 1. A imagem-movimento. Brasília. Ed. Brasiliense. 1983. EMMISON M. AND SMITH P. Researching The Visual Images, Objects, Contexts and Interactions in Social and Cultural Inquiry. SAGE Publications Ltd 1 Oliver's Yard 55 City Road London EC1Y 1SP.
- KOSSOY, B. Realidades e Ficções da Trama Fotográfica. 3. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KOSSOY, B. Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo. 2. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. p. 31.

SANTAELLA, Lúcia. Os Três Paradigmas da Imagem. In: Samain, Etienne. (org) O Fotográfico. 2ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Senac. 2005. p. 296.

STEINKE, V. A.; REIS JUNIOR, D. F. C. (Org.) ; COSTA, E. B. (Org.) .
Geografia e Fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos. 1. ed. Brasília: Edições Lagim, 2014. v. 1000. 225p

Bibliografia Complementar:

ACHUTTI, L. E. R. O pai da fotoetnografia. Revista Fotografe Melhor. São Paulo: Ed. Europa, ano 16. nº. 181 Outubro de 2011.

ACHUTTI, L. E. R., HASSEN, M. de N. A. Caderno de campo digital: antropologia em novas mídias. Horiz. antropol. [online]. 2004, vol.10, n.21, pp. 273-289.

ARTINS, J. de S. Sociologia da fotografia e da imagem. São Paulo: Contexto, 2008.

AUMONT, J. A Imagem. Trad. Marcelo Félix. Lisboa-PT: Ed. Texto & Grafia. p.247. 2009.

BARTHES, R. Camera Lucida: Reflections on Photography (trans. Richard Howard), London: Fontana. 1984. p.91.

BAURET, G. A Fotografia: história-estilos-tendências-aplicações. Trad. J. Espadeiro Martins. Lisboa: Edições 70 LDA. 2010.

BERGAMI, G. & BETTANINI T. Fotografia geográfica/Geografia della fotografia. La Nuova Editrice, Firenze. 1975.

BURKE, Peter. Visto y no visto. El uso de la imagen como documento histórico. Barcelona: Crítica. 2001.

FERNANDEZ, O. Teoría Sociosemiótica de la Tecnología Biológica. Nomadas. Madrid, Enero-Junio nº. 5, 2002.

FLUSSER, Vilém. Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Annablume, 2011, p.21

GROYS, B. 'From Image to Image-File – and Back: Art in the Age of Digitalization', in Art Power, Cambridge MA and London: MIT Press, 2008. p. 85. HANSEN, M. B. N. New Philosophy for New Media. The MIT Press Cambridge, Massachusetts London, England

SEKATSKIY, A. Philosophy of Photography v.1 n.1 - pp. 81–88 Intellect Limited 2010.

SHIMODA, Flávio. Imagem fotográfica. Campinas: Editora Alínea, 2009. SONTAG, Susan. Sobre fotografia; Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.69.

TÍTULO: PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Objetivos: Analisar as bases teóricas e metodológicas da pesquisa em educação evidenciando a pesquisa como dimensão do trabalho educacional e científico;

- 1.1. Pesquisa: conceito.
- 1.2. Tipos de pesquisa.
- 1.3. Elementos básicos da pesquisa.
- 1.4. Revisão da Literatura.

- 2.1. Pesquisa qualitativa: evolução e desafios.
- 2.2. Tipos de pesquisa qualitativa.
- 2.3. Métodos e metodologia de pesquisa.

- 3.1. Leitura de Relatórios de Pesquisas.
- 3.2. Etnografia e observação participante.
- 3.3 Pesquisa e Educação Geográfica.

Conhecer a origem e a constituição da pesquisa em educação enquanto campo científico subsidiado por diferentes vertentes; Aprofundar estudos sobre os tipos de pesquisa, procedimentos metodológicos e coleta de dados; Realizar atividades acadêmicas direcionadas para o exercício de leitura e escrita de textos científicos, tendo por referência relatórios de pesquisa em educação.

Programa:

UNIDADE I – ELEMENTOS DEFINIDORES DO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA 1. CARACTERÍSTICAS DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

UNIDADE II – PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE PESQUISA: PESQUISA QUALITATIVA X PESQUISA QUANTITATIVA

UNIDADE III – ESTUDO DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Bibliografia Básica:

ALMEIDA Maria Isabel de Realidade social e os desafios da pesquisa em educação: reflexões sobre o nosso percurso. In.: Revista Psicol. educ. no.31 São Paulo ago. 2010.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. & DA SILVA, R. Metodologia Científica. 6ª Ed. São Paulo, Pearson.

CHARLOT Bernard. Desafios da educação na contemporaneidade: reflexões de um pesquisador. In.: Revista: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 147- 161, 2010.

CHIZZOTTI. Pesquisas Qualitativas nas Ciências Humanas. SP, Cortez, 2007. DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006,

GATTI, Bernadete A. Construção da Pesquisa em Educação no Brasil. Brasília: Edit. Líber Livro, 2008.

GOUVEIA, Aparecida Joly. As Ciências Sociais e a Pesquisa sobre Educação. Tempo Social; Rev Sociol. USP, S. Paulo, 1(1): 71-79, 1.sem. 1989.

GOUVEIA Aparecida Joly Algumas reflexões sobre a pesquisa educacional no Brasil. In.: R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 143-146, maio/dez. 2005.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de Pesquisa – uma introdução – Elementos para uma Análise Metodológica. SP: EDUC, 1998.

RICARDO, Stella Maris. O Professor Pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de et al. (Orgs) Entrevista na Pesquisa em Educação – A prática Reflexiva. 2.ed. Brasília, Líber Livros, 2008.

ERICKSON Frederic. Etnografia na Educação. (trad. Carmen Lúcia Guimarães de Mattos). E-book.

FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

FRANCO, M. Laura P. Barbosa. Porque o falso conflito entre tendências metodológicas não é falso. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (66): 75-80, ago., 1988.

MARIN, A. J., BUENO, J. G. S., SAMPAIO, M. M. F. Escola como objeto de estudo nos trabalhos acadêmicos brasileiros: 1981/1988. Cadernos de Pesquisa. V. 35, n. 124, jan/abr. P. 171-199. 2005.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. & GAMBOA, Sílvio Sanches. (orga.) PESQUISA EDUCACIONAL: quantidade – qualidade. SP; Cortez, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia de Pesquisa. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WARDE, Mirian. O papel da pesquisa na pós-graduação em Educação. Cadernos de Pesquisa (73), São Paulo, Fund. Carlos Chagas, 1990.

TÍTULO: EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Objetivos: Investigar os conhecimentos técnico-científicos, de saberes advindos do exercício profissional escolar e de práticas socioculturais que se articulam com questões inerentes à realidade do campo; analisar as possibilidades de recriação de uma docência peculiar do/no campo, sobretudo na área da Geografia.

Programa:

UNIDADE 1 – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

- 1.1. A Educação Rural no Brasil.
- 1.2. - Paradigma da Educação do Campo e o papel dos movimentos sociais.

UNIDADE 2 – DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO

- 2.1. Contextualização no cenário da educação do campo.
- 2.2. Caracterização, concepções e princípios da educação do campo.

UNIDADE 3 - CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

- 3.1. A abordagem da educação do campo nos movimentos sociais.
- 3.2. A abordagem do Estado para a educação do campo.

UNIDADE 4 – EDUCAÇÃO DO CAMPO E ENSINO DE GEOGRAFIA

- 4.1. A Geografia do campo brasileiro.
- 4.2. Geografia, movimentos sociais e luta pela terra.
- 4.3. Perspectivas do ensino de Geografia na Educação do Campo .

Bibliografia Básica:

ARROYO, Miguel. Currículo, Território em Disputa. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, M. G. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, M. (Org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

CALDART, R. S. Pedagogia do movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

KOLLING, E. J. CERIOLI, P.R. & CALDART, R.S.(Org.) Educação do campo:

identidades e políticas públicas. Brasília/RS, n.4, 2002. Bibliografia Complementar:
CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. São Paulo: Estudos Avançados, 2001.
FERNANDES, B. M. MOLINA, M.C. O campo da educação do campo. Disponível em <
<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>>.
MOLINA, Mônica Castagna. A Contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2003. (Tese) Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. ARROYO, M. G., CALDART, R. S., MOLINA, M. C. (Orgs.). I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Documentos Finais. Luziânia, GO, 27 a 31 jul. 1998.
MST. Caderno de Educação MST n. 6. Como fazer a escola que queremos: O Planejamento. 1995
MST. Caderno de Educação n. 8. Princípios da Educação no MST, 1996 LOWY, M. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: REIS FILHO, D. A. e FERREIRA, J. (Orgs.). As esquerdas no Brasil. 2. v. Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

TÍTULO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Objetivos: Espera-se que ao final desta disciplina o aluno seja capaz de discutir a questão da sustentabilidade frente às alternativas de desenvolvimento existentes, problematizando questões e propondo estratégias para a implantação de ações educativas transformadoras, tanto no plano formal, como no não-formal.

Programa:

UNIDADE 1 – CRISES E PARADIGMAS NA TRANSFORMAÇÃO DA NATUREZA NA MODERNIDADE

- 1.1. Crise civilizatória e as heranças da modernidade.
- 1.2. O papel da natureza no modo de produção capitalista.
- 1.3. Ordem, desordem e alternativas de sustentabilidade na Educação Ambiental do Séc. XXI.

UNIDADE 2 – BASES FILOSÓFICAS PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

- 2.1. Origens e contribuições da Ecologia Profunda para o pensamento ambiental.
- 2.2. A inserção do pensamento sistêmico na Educação Ambiental crítica.
- 2.3. A dimensão política da educação ambiental e os discursos do desenvolvimento.

UNIDADE 3 - DO DISCURSO À PRÁXIS: OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA

- 3.1. A Educação Ambiental vista por fora: documentos, políticas e tendências atuais da Educação Ambiental.
- 3.2. Princípios para a construção da sustentabilidade no território.
- 3.3. A Educação Ambiental vista por dentro: o desenvolvimento de competências para o exercício de uma cidadania ambiental.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2006.
- LEFF, E. Discursos Sustentáveis. São Paulo: Cortez, 2010.
- NAREDO, J.M. Raíces económicas del deterioro ecológico y social. Madrid: Siglo XXI, 2010.
- NOVO, M. El Desarrollo Sostenible. Su dimensión ambiental y educativa. Madrid: McGraw Hill, 2007.

Bibliografia Complementar:

- BAUMAN, Z. Vida para o Consumo. A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CAPRA, F. As conexões ocultas. Ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2005.
- CAPRA, F. A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.
- FOLADORI, G.; PIERRE, N. (Coord.). ¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable. México (DF): Universidad Autónoma de Zacatecas, 2005.
- LEIS, H.R. A Modernidade Insustentável. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideo: Coscoroba, 2004.
- LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Orgs.) Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental. São Paulo: Cortez, 2006.
- MIES, M.; SHIVA, V. Ecofeminismo: Teoría, crítica y perspectivas. Barcelona: Icaria editorial, 2013.
- MORIN, E. Ciência com Consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TÍTULO: FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA

Objetivos: Compreender os processos formativos no exercício da docência e na formação continuada para buscar competências que auxiliam a escola básica no fazer pedagógico em geografia. Conhecer e refletir sobre a legislação e o currículo que se refere a formação dos professores nos cursos de licenciatura.

Programa:

UNIDADE 1 – FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO BRASIL

- 1.1. A legislação e a emergência de uma escola na modernidade e suas implicações na formação de professores.
- 1.2. As teorias educacionais.
- 1.3. Os métodos de ensino.
- 1.4. A formação do professor de Geografia: currículo e profissionalização.

UNIDADE 2 - CURRÍCULO E PROCESSO DIDÁTICO

- 2.1. As bases curriculares para o ensino básico no Brasil: mudanças e suas implicações.
- 2.2. Projeto Político Pedagógico nas escolas: ações e reflexões.
- 2.3. Planejamento, execução e avaliação do processo ensino/aprendizagem.

UNIDADE 3 – O FAZER PEDAGÓGICO EM GEOGRAFIA E OS INSTRUMENTOS LEGAIS DO ENSINO

3.1. O saber e o fazer geográfico.

3.2. As implicações das legislações para a prática pedagógica.

3.3. As possibilidades e limites do ensino de geografia na escola básica.

Bibliografia Básica:

DE DAVID, C.; CANCELIER, J. W. Reflexões e práticas na formação de educadores. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

GIORDANI, A.C. et.al. Aprender Geografia: a vivência como metodologia. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

TONINI, I. M. et.al. O ensino da Geografia e suas composições curriculares. Porto Alegre, UFRGS, 2011.

Bibliografia Complementar:

CANAU, V.M. (Org.). Reinventar a escola. Petrópolis: Vozes, 2000. CASTROGIOVANI, A. C.C. et al. Ensino de geografia: práticas e contextualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAVALCANTI, L. S. Geografia e Prática de Ensino. Goiânia: Alternativa, 2002. CORRAZA, S. O que quer um currículo? Petrópolis: Vozes, 2001.

GADOTTI, M. História das Ideias Pedagógicas. São Paulo: Ática, 2000. GHIRALDELLI, P. Jr. Didática e teorias educacionais. Belo Horizonte: DPRA, 2000.

GHIRALDELLI, P. Jr. Didática e teorias educacionais. Belo Horizonte: DPRA, 2000.

KIMURA, S. Geografia no Ensino Básico: Questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.

LIBÂNEO, J. C. O que é Didática. São Paulo: Córtes, 2006.

PONTUSCHKA, N. (Org.). Geografia em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002

RAYS, O. A. Trabalho pedagógico: hipóteses de ação didática. Santa Maria: Pallotti, 2000.

SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2014.

KIMURA, S. Geografia no Ensino Básico: Questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.

TÍTULO: OS CAMPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA E SEUS LUGARES: (RE)LEITURAS DO ESPAÇO SOCIAL

Objetivos: Construir uma base teórico-metodológica sobre a área das Ciências Humanas e o campo do conhecimento em Geografia que permita a problematização da diversidade de realidades e (re)leituras do espaço social por meio dos campos de pesquisa em Geografia.

Programa:

UNIDADE 1 – CIÊNCIAS HUMANAS: CONCEITOS E TEMAS

1.1. Quais sentidos, quais territórios das Ciências Humanas na Educação Básica.

1.2. Espaço e tempo: identidades dos sujeitos.

UNIDADE 2 – OS CAMPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA

- 2.1. A pesquisa como princípio científico e educativo.
- 2.2. Os métodos de pesquisar em Geografia.

UNIDADE 3 – A PESQUISA EM GEOGRAFIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

- 3.1. A importância da formação do professor-pesquisador.
- 3.2. A importância da formação de alunos-pesquisadores.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Caderno 09/ Ministério da Educação, SEB. Brasília: MEC, SEB, 2015. 104p.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2011.

PORTUGAL, Jussara Fraga. Educação Geográfica: temas contemporâneos. Salvador: EDUFBA, 2017.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. Base Nacional Curricular Comum: BNCC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos de; RIBEIRO, Solange Lucas. Formação e docência em Geografia: narrativas, saberes e práticas. Salvador: EDUFBA, 2016.

REGO, Nelson et al. Um pouco do mundo cabe nas mãos: geografizando em Educação o local e o global. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

TÍTULO: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADAS AO ENSINO DE GEOGRAFIA

Objetivos: Operacionalizar um suporte teórico-metodológico necessário para desenvolver práticas pedagógicas em Geografia que envolvam tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Programa:

UNIDADE 1 – RECURSOS DIDÁTICOS E METODOLOGIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

- 1.1. Conceitos de Educação Geográfica, Geografia Escolar e Ensino de Geografia.
- 1.2. Recursos didáticos no ensino de Geografia.

UNIDADE 2 – TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 2.1. Conceitos e definições.
- 2.2. Fontes de recursos didáticos digitais (repositórios virtuais).
- 2.3. Ambientes virtuais de aprendizagem.
- 2.4. Jogos digitais.
- 2.5. Softwares para dispositivos móveis.
- 2.6. Tecnologias assistivas.

UNIDADE 3 – GEOTECNOLOGIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

- 3.1. Ferramentas de localização.
- 3.2. Aplicativos para dispositivos móveis.
- 3.3. Usos dos Sistemas de Informações Geográficas no ambiente escolar.

Bibliografia Básica:

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. Ensino de Geografia. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 3.ed. São Paulo: Papirus, 2007.
MORAN, J.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. São Paulo: Papirus, 2000.
PRENSKI, Marc. Aprendizagem baseada em jogos digitais. Tradução: Eric Yamagute. São Paulo: SENAC, 2012.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Lynn. Jogos eletrônicos e screenagers: possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem. In: SANTOS, Edméa; ALVES, Lynn. (Org.). Prática pedagógica e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: E-papers, 2006. p. 143-160.
CÂMARA, G.; DAVIS JR., C. A. Introdução. In: CÂMARA, G.; DAVIS JR, Clodoveu Augusto; MONTEIRO, A. M. V. (Ed. e Org.) Introdução a ciência da geoinformação. São José dos Campos: INPE, 2014. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap1-introducao.pdf> Acesso em 2 abr. 2019.
HUIZINGA, Johan. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. Tradução: João Paulo Monteiro. São Paulo: Ed. da USP, 1971.
KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2010.
MIRANDA, José Miguel Garrido. Videojuegos de estratégia: alguns principios para la enseñanza. Revista Electrónica de Investigación Educativa, v. 15, p.62- 74, 2013.
PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Lyda; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender Geografia. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TÍTULO: METRÓPOLE, REGIÃO E NOVAS REGIONALIZAÇÕES

Ementa: A região como categoria de análise na Geografia. Evolução histórica do conceito de região e dos métodos de regionalização. Concepções recentes da região e novas formas de regionalização. A metrópole nos estudos da Geografia. Formas recentes de compreensão do processo de metropolização. A metrópole e a região, concepções recentes: megarregião, cidade-região global, urbanização difusa, urbanização regional. A situação no Brasil e o caso de Brasília.

Objetivos: Analisar o processo recente de produção dos espaços metropolitanos e sua interface com a questão da região e da regionalização; compreender a evolução do conceito de região na ciência geográfica; compreender e criticar as formulações recentes sobre o tema da região em Geografia; analisar a evolução do tema da metrópole na Geografia; sistematizar

e analisar criticamente os conceitos recentes que relacionam a metrópole e a região; analisar os casos no Brasil e o caso específico de Brasília.

Bibliografia básica:

HAESBAERT, R. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LENCIONI, S. Metrópole, metropolização e regionalização. São Paulo: Consequência, 2018.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2008.

Bibliografia complementar:

ALLEN, J; MASSEY, D; COCHRANE, A. Rethinking the region. Londres: Routledge, 1998.

ARRIGHI, G. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COE, N. M. Global Production Networks. In: KITCHEN, R; THRIFT, N (orgs). International Encyclopedia of Human Geography. Londres: Elsevier, Oxford, 2009.

DICKEN, P. Global shift: mapping the changing contours of the world economy. Nova Iorque: The Guilford Press, 2011.

FERNANDES, D. A; SOUSA, C. N; RODRIGUES, D. L. A metrópole Belém na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: CARDOSO, A. C. D; LIMA, J. J. F. (orgs.) Belém: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

GRAEBER, D. Trabajos de mierda: una teoría. Barcelona: Ariel, 2018. HARVEY, D. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico- informacional. São Paulo: EdUSP, 2008b.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SASSEN, S. Cidades na economia mundial. São Paulo: Estudio Nobel, 1991. SCOTT, A. J; AGNEW, J; SOJA, E; STORPER, M. Global city-regions. In:

SCOTT, A. J. (org.) Global city-regions: trends, theory, policy. Oxford: Oxford University Press, 2001.

VELTZ, P. Mondialisation, villes et territoires : l'économie d'archipel. Paris: PUF, 1996.

TÍTULO: REPRESENTAÇÃO DE DADOS GEOGRÁFICOS

Ementa: Introdução ao Geoprocessamento. Representação Espacial. Escalas de Desenho. Conceitos de Cartografia Básica. Tipos de Dados Geográficos. Georeferenciamento de Dados. Estrutura de Dados num SIG. Análise Espacial num Ambiente SIG. Consulta a Banco de Dados. Noções de Sensoriamento Remoto e Integração com o SIG. Produção Cartográfica.

Objetivos: Promover o conhecimento em conceitos e técnicas de geoprocessamento, de modo que esse possa ser usado como ferramenta de tomada de decisões; definir o geoprocessamento; analisar a representação espacial; definir as escalas de desenho; conceituar a cartografia básica; estudar os tipos de dados geográficos; fazer georeferenciamento de dados; estudar a estrutura de dados num SIG; realizar análise espacial

num ambiente SIG; consultar banco de dados; introduzir o sensoriamento remoto e sua integração com o SIG.

Bibliografia básica:

FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

NOVO, E.M.L. DE MORAES. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. São Paulo. Edgard Blucher Ltda.1992.308p.

SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. Geoprocessamento & análise ambiental: aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Bibliografia complementar:

FLORENZANO, Teresa Gallotti. Iniciação em sensoriamento remoto. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

FLORENZANO, Tereza Gallotti. Imagens de satélite para estudos ambientais. São Paulo: Oficina de Textos. 2002.

MARTINELLI, M. Mapas da geografia e cartografia temática. São Paulo: Contexto, 2010.

MIRANDA, J. I. Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas. 2ª ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2010. Disponível em:<http://livraria.sct.embrapa.br/liv_resumos/pdf/00083790.pdf>.

VENTURI, L. A. B. (Org.) Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório em Geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

TÍTULO: ENSINO DE GEOGRAFIA E CURRÍCULO

Ementa: Os estudos curriculares no campo da educação e do Ensino de Geografia. Epistemologia do conhecimento geográfico na escola. Aproximações e distanciamentos entre currículo escolar e saberes de referência da Geografia. As teorias da transposição e da recontextualização didáticas. Significados e papéis da escola na contemporaneidade. Desigualdades educacionais, diversidade cultural e a questão da justiça escolar. Ensino de Geografia e o conceito de conhecimento poderoso.

Objetivos: Subsidiar a reflexão e a elaboração de propostas de investigação que tenham como foco e interesse as questões curriculares no campo do Ensino de Geografia; possibilitar a reflexão sobre o papel da escola e do Ensino de Geografia na contemporaneidade mediante a focalização das tensões e aproximações entre processos de reconhecimento da diversidade e de promoção da igualdade de acesso ao conhecimento historicamente produzido; promover o aprofundamento da compreensão dos pós-graduandos sobre as questões curriculares implicadas em seus contextos de atuação a fim de contribuir em sua formação como profissionais do campo educacional.

Bibliografia Básica:

BERNSTEIN, Basil. A estruturação do discurso pedagógico: Classes, Código e Controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

CASTELLAR, Sonia (org.). Educação Geográfica: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A Geografia e a construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 1998.

CRAHAY, Marcel. Como a escola pode ser mais justa e mais eficaz? Cadernos Cenpec. Vol. 3, n. 1. São Paulo: Cenpec, 2013.

MAUDE, Alaric. BROOKS, Claire; BUTT, Graham; FARGHER, Mary. The power of geographical thinking. London: Springer, 2017.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Currículos e Programas no Brasil. Campinas: Papirus, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Bibliografia complementar:

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber, formação dos professores e globalização. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KRAWCZYK, Nora. O Ensino Médio no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2010.

MAFFESOLI, Michel. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

TÍTULO: ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE JOGOS E DE MATERIAIS DIDÁTICOS ESCOLARES EM GEOGRAFIA

Ementa: Compreender o que são jogos e materiais didáticos. Produção de materiais didáticos como competência docente. Múltiplas linguagens e tipos de materiais didáticos. Potencialidade lúdico-pedagógica de jogos e materiais didáticos. Gamificação como estratégia de ensino. TICs como recursos didáticos. Mobile Learning e uso do celular nas aulas de Geografia.

Objetivos: Subsidiar a reflexão e a elaboração de propostas de investigação que tenham como foco de interesse a organização e a produção de materiais didáticos e de jogos como estratégia de ensino em Geografia; refletir sobre a potencialidade lúdico-pedagógica de jogos e materiais didáticos e de seu uso como estratégia de ensino na transposição dos saberes científicos para saberes ensinados em sala de aula pelos professores; apresentar estratégias para uso de recursos tecnológicos e para a organização da produção de jogos e de outros tipos de material didático que auxiliem no processo de ensino aprendizagem de conceitos e noções de Geografia; compreender que a produção de jogos e de materiais didáticos é uma competência docente.

Bibliografia básica:

PONTUSCHKA, NídiaNacib; PAGANELLI, Tomokolyda; CACETE, NúriaHanglei. Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos.; TONINI, Ivaine Maria.; KAERCHER, Nestor André (Orgs.). Movimentos no ensinar geografia. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar-Cultura, 2013.

MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar (recurso eletrônico). Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia complementar:

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 192 p., 2004.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Campinas: Cad. Cedes, vol. 25, n. 66, p. 227.247, maio/ago. 2005.

REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; KAERCHER, Nestor André (Org.s). Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Artmed, 2007. 152 p.

CASTROGIOVANNI, A. C. et al. Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LESANN, Janine. Geografia no ensino fundamental I. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011. Instituto Federal De Educação Ciência E Tecnologia de Minas Gerais - IFMG

TÍTULO: GEODIVERSIDADE E ENSINO DE GEOGRAFIA: DIMENSÕES PEDAGÓGICAS, IDENTIDADE E GEOCONSERVAÇÃO

Objetivos: Analisar a dimensão do ensino de Geografia como ferramenta para a valorização do patrimônio natural, da geodiversidade e da geoconservação por meio dos elementos de criação das múltiplas identidades locais. Além disso, busca-se estudar e compreender a dispersão irregular dos oceanos, continentes e ilhas, as diversas formas de relevo, a variedade climática e as diferentes composições de rochas e solos, a qual contribui para a distribuição peculiar dos seres vivos sobre a superfície do planeta. Correlacionar a biogeografia ou edafologia, climatologia, paleontologia, geologia, ecologia, zoologia, botânica e geografia, essencialmente para que ela atinja os seus objetivos.

Programa:

UNIDADE 1 – UMA BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA DAS ABORDAGENS SOBRE GEODIVERSIDADE E GEOCONSERVAÇÃO

- 1.1. Do Patrimônio Geológico à Geodiversidade.
- 1.2. A Geoconservação para além da Educação Ambiental.

UNIDADE 2 – GEODIVERSIDADE E GEOCONSERVAÇÃO - FERRAMENTAS À SERVIÇO DO DEBATE SOBRE A INDISSOCIABILIDADE ENTRE A GEOGRAFIA FÍSICA E GEOGRAFIA HUMANA

- 2.1. A Paisagem como recurso verdadeiramente capaz de superar uma das mais antigas dicotomias da Ciência Geográfica
- 2.2. Territórios materiais e imateriais como instrumentos de edificação da identidade

UNIDADE 3 – A GEOCONSERVAÇÃO E OS MÚLTIPLOS ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DO SABER

- 3.1. As fronteiras entre a educação formal, não formal e informal no contexto da Geoconservação.
- 3.2. O aluno como multiplicador da valorização da Geodiversidade dentro e fora da escola.

UNIDADE 4 – ENSAIOS SOBRE A GEODIVERSIDADE E GEOCONSERVAÇÃO NAS SERRAS DE MINAS GERAIS EM UM CONTEXTO DE PRÁTICA PEDAGÓGICAS

- 4.1. A Geodiversidade das regiões biogeográficas do Quadrilátero Ferrífero, Serras da Canastra, do Cipó, Caparaó e da Bacia do Rio Doce: rochas, solos, geomorfologia e clima
- 4.2. Os territórios e seus sujeitos: aspectos socioculturais e modo de vida
- 4.3. Os conflitos em torno dos agentes de construção e apropriação do espaço e suas múltiplas identidades
- 4.4. Os espaços do saber: educação formal, agentes comunitários, educação ambiental, unidades de conservação e os espaços invisíveis de construção do saber

Bibliografia Básica:

- AB’SÁBER, A. Os domínios de Natureza no Brasil. São Paulo: Atêlie Editorial, 2003, p.153.
- BRILHA, J. Patrimônio Geológico e Geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga, Portugal: Palimage Eds, 2005.
- BRILHA, J. A. A Importância dos Geoparques no Ensino e Divulgação das Geociências. Geol. USP, Publ. Esp., v. 5, p.27-33, 2009.
- COX, C. B.; MOORE, P.D. Biogeografia: uma abordagem ecológica e evolucionária. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- SALGADO-LABOURIAU, M. L. História Ecológica da Terra. São Paulo: Edt. Edgar BlücherLtda, 2010, 2ª.edição.
- STEINKE, E. T. Climatologia Fácil. São Paulo: Oficina de Textos, 2012. TROPPEMAIR, H. Biogeografia e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Technical Books Editora, 2012.

Bibliografia Complementar:

- CAVALCANTI, L. de S. O ensino de Geografia na escola. Campinas: Papirus, 2012.
- GRAY, M. Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature. Chichester – England: John Wiley and Sons, 2004.
- HAESBAERT, R. da C. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- LIMA, F.F. Proposta Metodológica para a Inventariação do Patrimônio Geológico Brasileiro. 90p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Minho, Braga. Portugal, 2008.
- TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M. de.; FAIRCHILD, T.R. ; TAIOLI, F. Decifrando a Terra. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 558p.

TÍTULO: O TRABALHO DE CAMPO ENQUANTO PRÁTICA PEDAGÓGICA VERTICALIZADA À ANÁLISE DE SISTEMAS AMBIENTAIS

Objetivos: Absorver, refletir e discutir teoricamente sobre a essencialidade na ciência geográfica da atividade de campo, direcionando-a como prática pedagógica. A partir disso, possibilitar o aprofundamento e aplicação de técnicas utilizadas em trabalhos de campo para fins de estudos geoambientais, culminando numa análise sistêmica: compreender

interrelações existentes entre os vários elementos do meio, despertando no aluno a importância do in loco na observação ou descrição dos fenômenos e paisagens.

Ementa: O trabalho de campo e sua importância no ensino de Geografia. Lócus da atividade de campo na educação como metodologia: construção do conhecimento, discussão de organização e técnicas empregadas; embasamento para a observação, descrição e análise da paisagem; educação básica em trabalho de campo associada à pesquisa - uma proposta integradora.

Programa:

UNIDADE 1 – TRABALHO DE CAMPO: PRÁXIS GEOGRÁFICA NA CONDUÇÃO DO CONHECIMENTO

- 1.1. Surgimento e evolução da natureza descritiva da Geografia.
- 1.2. Necessidades de observação in loco no desenvolvimento da geografia científica.
- 1.3. O trabalho de campo como prática pedagógica: interação homem- ambiente.

UNIDADE 2 – METODOLOGIA APLICADA NA ELABORAÇÃO DA ATIVIDADE DE CAMPO

- 2.1. Códigos e técnicas para o planejamento do trabalho de campo
- 2.2. O laboratório Terra na formação social e saberes ambientais dos indivíduos

UNIDADE 3 – CONSTRUÇÃO DE OBSERVAÇÃO DA PAISAGEM POR UMA ANÁLISE SISTÊMICA

- 3.1. Aplicação do trabalho de campo com viés integrador.
- 3.2. Observação de fenômenos e paisagens no aprofundamento do conhecimento geográfico.
- 3.3. Proposta de planejamento, condução e avaliação da atividade de campo.

Bibliografia Básica:

- COLTRINARI, Lylian. O trabalho de campo na geografia do século XXI. In: Revista Geousp, Humanitas Publicações - FFLCH/USP, São Paulo, nº.4, pp.103-108. 2001.
- LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. Boletim Paulista de Geografia n. 84. São Paulo, jul. 2006, p. 77-92.
- SANTOS, R. F. Planejamento Ambiental: teoria e prática. Oficina de Textos, São Paulo 2004.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em Geografia. GEOgraphia, Ano 4. nº 7. Niterói/RJ, 2002.
- TRICART, J. O Campo na Dialética da Geografia. Reflexões sobre a Geografia. São Paulo: Edições AGB.1980.

Bibliografia Complementar:

- CAVALCANTI, A. P. B. Métodos e Técnicas da Análise Ambiental. Teresina: UFPI/CCHL/DGH, 2006.
- IBGE. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE-CDDI (sér. Manuais Técnicos, n. 1). 2012.
- CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de sistemas ambientais. São Paulo: Edgar Blücher, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998. REGO, Nelson (Org.). Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Artmed. 2007.

SERPA, A. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico- metodológica. Boletim Paulista de Geografia n. 84. São Paulo, jul. 2006, p. 7-24.

THOMAZ Jr., A. Trabalho de Campo: o laboratório por excelência do geógrafo. In Geografia passo-a-passo: ensaios críticos dos anos 1990. Presidente Prudente: Centelha, 2005.

VENTURI, L.A.B. (org.). Praticando a geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

TÍTULO: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS DE ENSINO EM GEOGRAFIA FÍSICA

Ementa: Temas e conceitos da Geografia Física. Mudanças ambientais. Metodologias ativas de ensino. Práticas pedagógicas e recursos educacionais: mídias; planejamento e realização de trabalho de campo, experimentos, construção colaborativa dos recursos, utilização de dados, recursos tecnológicos, entre outros.

Bibliografia Básica:

BENDER, W. N. Aprendizagem baseada em projetos: Educação diferenciada para o século XXI. 1ª ed. São Paulo: Ed. Penso, 2014.

CHRISTOPHERSON, R. W. Geossistemas – Uma introdução à geografia física. Tradução: Francisco Eliseu Aquino ... (et al.). 7ª d. Porto Alegre: Bookman, 2012.

FIGUEIRÓ, A. S. Biogeografia: Dinâmicas e transformações da natureza. 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

PETERSEN, J.F.; SACK.D; GABLER.R.E. Fundamentos de Geografia Física- Tradução da 1ª Edição Norte-americana. 1ª Ed . Editora Cengage Learning, 2015.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T.; CACETE, N. H. Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Ed. Cortez. 2007.

VENTURI, L.A.B. (Org). Geografia – Práticas de Campo, Laboratório e Sala de Aula. 1ª ed. São Paulo: Ed. Sarandi, 2011.

TÍTULO: ANÁLISE E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO EM GEOGRAFIA

Ementa: Desenvolvimento de projetos de materiais didáticos voltados para aplicação de atividades educativas em Geografia, como: maquetes, fotografias, vídeos, equipamentos e utensílios que facilitem o processo didático-pedagógico da área de Geografia, textos didáticos e jogos no meio analógico e digital, voltados para o ensino fundamental e médio; novas tecnologias educacionais.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, R. D. de; PASSINI, Elza Y. O espaço geográfico – ensino e representação. São Paulo: Contexto, 2001. 90p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papyrus, 2003. 192p.

FERREIRA, Martins. Como usar a música na sala de aula. São Paulo. Contexto, 2010. 238p.

PASSINI, Elza. Gráficos: fazer e entender. In: PONTUSCHKA & OLIVEIRA (orgs.) Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2006.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.) *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. pp.111-142.

PONTUSCHKA, Nídia N. São Paulo: a cidade educadora. In: CARLOS, Ana Fani A. & OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). *Geografias de São Paulo vol. 1*. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Clézio. O uso de desenhos no ensino fundamental. In: PONTUSCHKA & OLIVEIRA (orgs.) *Geografia em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2006.

TÍTULO: O ENSINO DE GEOGRAFIA E OS TEMAS TRANSVERSAIS

Ementa: O ensino de Geografia e os documentos oficiais do sistema educacional brasileiro. Objetivos, habilidades e competências e o ensino de Geografia na educação básica. Os temas transversais: escolhas e estratégias didáticas. Gênero e sexualidade, questões étnico raciais e racismo ambiental.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE, M.A.M. e FERREIRA, J. A. de S. F. (Org.). *FORMAÇÃO, PESQUISA E PRÁTICAS DOCENTES: reformas curriculares em questão*. João Pessoa: Editora Mídia, 2013. 496p.

BENTO, B. e FÉLIX-SILVA, A. V. (Org.). *DESFAZENDO GÊNERO: subjetividade, cidadania, transfeminismo*. Natal: EDUFERN, 2015.

CANAU, VERA (Org.). *DIDÁTICA: questões contemporâneas*. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009. 191p.

SOUZA, L. F. As Relações Étnico-raciais na Geografia Escolar: Desafios metodológicos e pedagógicos. *Revista Produção Acadêmica/NURBA*. V2. N2. 2016. P.04-19